



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju – SE, Ano 32, Edição 1686
3 a 9 de agosto de 2015

ANJ

www.cinform.com.br

CINFORM

CINFORMANDO

Daniel Soares

politica@cinform.com.br



O espetáculo das investigações

■ As investigações em torno do escândalo das verbas de subvenções que ocorrem em três frentes - no âmbito eleitoral, com o Ministério Público Federal, no âmbito civil e criminal, com o Ministério Público Estadual e com a Polícia Civil, mais especificamente com o Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública da Polícia Civil - têm tudo para se tornar um marco na história de Sergipe.

Além de o caso ser chocante, pela vultosa quantia de recursos envolvidos, as investigações podem impor penas duras aos investigados. Caso se comprove o envolvimento na trama, deputados podem perder o mandato e até ir para a cadeia - um evento sem precedentes. Mas, até o momento, o que tem chamado a atenção nos apuramentos é outro ponto bastante preocupante: a espetacularização.

Os fatos desencadeados na última semana, com a operação que prendeu o ex-deputado Raimundo Vieira, o Mundinho da Comase, Augifranco Patrick, presidente da Associação Ala Jovem, e Ygor Francisco, proprietário da MP-10, não saíram do noticiário - o que é mais do que esperado num caso de grande relevância como esse. Mas o problema está na forma como isso ocorreu.

Quando a Polícia Civil saiu do condomínio em que Mundinho tem residência, em Aracaju, nas primeiras horas da manhã da quarta-feira, 29, uma equipe de TV local já estava lá para acompanhar. O mesmo com as prisões de Augifranco e Ygor, em Lagarto. Quando os presos foram levados à delegacia, repórteres de

vários veículos perambulavam pelos corredores da Plantonista.

O depoimento de Mundinho, feito a portas fechadas, vazou já no dia seguinte. As gravíssimas acusações já estampavam a chamada de um telejornal local antes mesmo que o juiz assinasse o acordo que validava a delação premiada do ex-deputado.

Segundo o inciso 2º do Artigo 7º da Lei nº 12.850, de agosto de 2013, que dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, "o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento".

Essa medida visa, exclusivamente, a assegurar o bom andamento das investigações, uma vez que a delação premiada só serve acompanhada de provas. Se o depoimento vaza antes disso, as provas podem ser eliminadas por quem não possui interesse nas investigações. É uma questão de lógica.

Com a divulgação do depoimento é possível, inclusive, que os acusados peçam que a delação seja anulada. Nesse sentido, a quem interessa essa espetacularização gratuita que pode prejudicar o andamento das investigações? Quem são os culpados por isso: os investigadores ou os investigados? Essas são perguntas que deveriam nortear o andamento dos trabalhos a partir daqui. ■

Liberados

Todos os presos na operação da subvenções da semana passada - Mundinho da Comase e os irmãos Augifranco e Ygor Vasconcelos - já não estão mais atrás das grades. Na noite do último sábado, 1º, a desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva concedeu habeas corpus para os três, que acabaram liberados no mesmo dia.

Estava na cara

A prisão preventiva dos três, naturalmente, foi no intuito de fazer com que abrissem o verbo. Eles não representavam riscos às investigações, uma vez que o MPE e a Polícia Civil já tinham provas suficientes contra Mundinho e os dois irmãos. Estava na cara que, mais dia menos dia, eles seriam soltos.

Manifestação

Nesta semana, os deputados esta-

dos servidores esteja chegando ao fim. Na tarde desta segunda-feira, 3, acontecerá uma reunião entre representantes de 14 sindicatos e os secretários de Estado da Fazenda, Jeferson Passos, e do Planejamento, João Augusto Gama. O encontro será coordenado pelo vice-governador Belivaldo Chagas, às 15h30, no terceiro andar do Palácio dos Despachos.

Reunião II

A audiência atende uma determinação do governador Jackson Barreto, PMDB, que recebeu ofício dos Sindicatos de Categorias de Serviços Públicos do Estado de Sergipe. JB, inclusive, tem se mostrado preocupado com os pleitos dos servidores, principalmente, no que concerne ao pagamento da folha salarial - uma dor de cabeça contábil para o Governador nos últimos meses.